

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM TEA

Maria José Baia Menezes

Mestranda. Veni Creator Christian University.

<https://orcid.org/0009-0002-0995-3572>

E-mail: mariajosebaiamenezes@hotmail.com

Egídio Martins

Dr. em Educação pela Universidade Federal do Pará - UFPA.

<https://orcid.org/0000-0002-1903-3908>

E-mail: martinsegdydio@yahoo.com.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N2-57>

RESUMO: O presente trabalho propõe uma análise teórica sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, com foco nas práticas pedagógicas e na formação docente diante das exigências da educação inclusiva. Trata-se de um estudo bibliográfico que visa identificar os principais desafios e possibilidades enfrentados pelos professores no atendimento às especificidades do TEA. A investigação contempla a articulação entre aspectos sociointeracionais, cognitivos e didático-metodológicos, considerando também a influência do contexto familiar. Como objetivos, busca-se analisar práticas pedagógicas inclusivas, discutir a formação docente para o trabalho com crianças autistas e refletir criticamente sobre as contribuições da literatura especializada. A pesquisa justifica-se pela demanda crescente por políticas públicas e práticas educacionais inclusivas, em consonância com a legislação vigente. O estudo se revela relevante ao contribuir para a qualificação da prática pedagógica e para o fortalecimento de uma educação equitativa, humanizada e comprometida com a diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Prática Pedagógica. Autismo. Formação de professor.

PEDAGOGICAL PRACTICES AND TEACHER TRAINING FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION WITH ASD

ABSTRACT: This paper proposes a theoretical analysis of the inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Early Childhood Education, focusing on pedagogical practices and teacher training considering the demands of inclusive education. This is a bibliographic study that aims to identify the main challenges and possibilities faced by teachers in meeting the specific needs of ASD. The investigation contemplates the articulation between socio-interactional, cognitive and didactic-methodological aspects, also considering the influence of the family context. The objectives are to analyze inclusive pedagogical practices, discuss teacher training for working with autistic children and critically reflect on the contributions of specialized literature. The research is justified by the growing demand for public policies and inclusive educational practices, in line with current legislation. The study proves to be relevant in contributing to the qualification of pedagogical practice and to the strengthening of an equitable, humanized education committed to diversity.

KEYWORDS: Pedagogical Practice. Autism. Teacher Training.

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS Y FORMACIÓN DOCENTE DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA CON TEA

RESUMEN: Este artículo propone un análisis teórico de la inclusión de niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en Educación Infantil, centrándose en las prácticas pedagógicas y la formación docente ante las demandas de la educación inclusiva. Se trata de un estudio bibliográfico que busca identificar los principales retos y posibilidades que enfrenta el profesorado para atender las necesidades específicas del TEA. La investigación contempla la articulación entre aspectos sociointeraccionales, cognitivos y didáctico-metodológicos, considerando también la influencia del contexto familiar. Los objetivos son analizar las prácticas pedagógicas inclusivas, discutir la formación docente para el trabajo con niños autistas y reflexionar críticamente sobre las aportaciones de la literatura especializada. La investigación se justifica por la creciente demanda de políticas públicas y prácticas educativas inclusivas, en consonancia con la legislación vigente. El estudio resulta relevante para contribuir a la cualificación de la práctica pedagógica y al fortalecimiento de una educación equitativa, humanizada y comprometida con la diversidad.

PALABRAS-CLAVE: Práctica Pedagógica. Autismo. Formación Docente.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): um estudo bibliográfico sobre práticas pedagógicas e formação docente na perspectiva da educação inclusiva, propõe uma investigação teórica sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Educação Infantil, com foco na análise das práticas pedagógicas adotadas por professores da educação básica e nas implicações da formação docente frente às demandas da educação inclusiva.

Nessa perspectiva, a pesquisa concentra-se nos desafios inerentes à articulação das dimensões sociointeracionais, didáticas e metodológicas que permeiam o processo educativo da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com especial atenção às relações entre desenvolvimento cognitivo, afetivo e histórico-cultural, bem como à influência do contexto familiar (Cunha, 2016). O trabalho consiste na sistematização e análise crítica de produções científicas que abordam a temática sob múltiplos enfoques, assegurando, assim, a profundidade teórica e a viabilidade metodológica da investigação, visando responder a seguinte questão: Quais são os principais desafios e possibilidades enfrentados pelos docentes na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil?

Tem-se enquanto objetivo geral: Analisar, com base na literatura especializada, os desafios e as possibilidades da prática pedagógica voltada à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Por sua vez, os objetivos específicos buscam: Identificar, a partir de estudos acadêmicos, as principais estratégias pedagógicas recomendadas para a promoção de uma educação inclusiva voltada a crianças com TEA na Educação Infantil, Examinar as discussões teóricas sobre a formação docente e o preparo profissional para o atendimento às especificidades do TEA no contexto escolar e analisar criticamente as contribuições da literatura científica acerca das potencialidades e dos limites do processo de inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar.

A presente pesquisa justifica-se pela crescente demanda de políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas voltadas à escolarização de crianças com Transtorno do Espectro Autista, sobretudo no contexto da Educação Infantil. Em consonância com a legislação vigente, como a Lei nº 12.764/2012 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, torna-se imprescindível compreender como os profissionais da educação têm se apropriado de conhecimentos e estratégias para promover o pleno desenvolvimento e a participação dessas crianças no ambiente escolar.

Este estudo se reveste de relevância social e acadêmica ao buscar contribuir para a qualificação das práticas docentes, promovendo reflexões que possam subsidiar uma educação mais equitativa e humanizada, além de dialogar diretamente com os eixos de formação do curso de Pedagogia, especialmente no que se refere à formação de professores para a diversidade e à inclusão educacional.

METODOLOGIA

Refletir sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige o enfrentamento de questões de ordem sociocultural que atravessam a formação docente e as práticas pedagógicas. Tal reflexão demanda processos e procedimentos metodológicos diversos, que precisam ser redimensionados à luz dos princípios da educação inclusiva. Neste sentido, no que concerne à abordagem metodológica, adota-se a perspectiva qualitativa, dado que a realidade educacional que envolve a inclusão de

crianças com TEA demanda uma leitura dialógica e interpretativa dos fenômenos. Para Severino (2013), a abordagem qualitativa de pesquisa emerge da constatação de que os métodos experimentais e quantitativos, ainda que eficazes para compreender fenômenos do mundo físico, são limitados no que tange à complexidade dos aspectos humanos e sociais, pois negligenciam os elementos subjetivos e contextuais próprios do sujeito pesquisado. A abordagem qualitativa, desse modo, organiza-se a partir de fundamentos epistemológicos distintos do positivismo, privilegiando a interpretação dos fenômenos sociais em sua profundidade e significado.

Ademais, adotamos a pesquisa bibliográfica também pode ser definida como exploratória, descritiva e explicativa. Os dados coletados foram analisados a luz dos referenciais teóricos tendo como técnica para interpretação a Análise de Conteúdo, por levar em consideração a realidade social e as unidades teóricas-conceituais presente em todo processo de pesquisa. Bardin (1977, p. 42), define a análise de conteúdo como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Neste sentido, evidenciamos que a análise de conteúdo tem como propósito fazer uma leitura crítica sobre as informações que foram oferecidas pelos informantes. Trata-se de uma leitura contextual que se encontra presente nas informações fornecidas, bem como, o elemento que condiciona tais informações no contexto investigado. Foi por meio da análise de conteúdo que geramos a síntese dos resultados e que vai ser devidamente apresentada a partir da próxima sessão.

DISCUSSÕES TEÓRICAS E RESULTADOS

Ao mapear as características do autismo, Lorna Wing percebeu três sintomas muitos comuns nomeados que simultaneamente envolvem “a alteração da sociabilidade; a comunicação e o padrão alterado do comportamento” que se apresentavam em diferentes graus e formas (Nascimento; Silveira, 2013, p. 134). De modo geral, a dificuldade em interagir socialmente pode limitar a participação das crianças autistas em brincadeiras e interações sociais, essenciais para o desenvolvimento emocional e social

preconizado pela BNCC. Além disso, as dificuldades na comunicação afetam a expressão de emoções, necessidades e opiniões de forma compreensível, impactando a construção da identidade pessoal e a interação com os outros. Os padrões repetitivos de comportamento podem interferir na participação em atividades educacionais variadas e na adaptação a novas situações.

É preciso ainda considerar que em cada caso, o autismo apresenta-se como único e singular e por tal merece uma consideração detalhada de suas particularidades, mas que ainda assim, há sinais que podem ser levados em conta no processo de diagnóstico das crianças autistas, dentre as quais, Riviéri (2004) sintetiza fatores ligados às “vivências de opacidade, imprevisibilidade, impotência e fascinação que acentuam ainda mais o caráter enigmático do autismo”. Somado a estes dois, Mello (2007, p. 16) contribui com os estudos sobre as características do autismo, ao mencionar que o transtorno em geral se caracteriza “por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação”.

A partir das análises de Mello (2007), percebe-se que ao ingressarem na educação infantil é possível que crianças com TEA não sejam ainda diagnosticadas, fato que atenua tanto as dificuldades de inserção da sala de aula, quanto a participação na rotina escolar, isto porque de acordo com Klin (2006) desde muito cedo, as crianças com TEA tendem a ter dificuldades de relacionamento e de comunicação com outras pessoas, e que isto basicamente encontra-se relacionando com comportamentos e manifestações relacionadas a retração e isolamento social.

Por outro lado, mesmo com a presença do diagnóstico, é preciso que se articulem práticas e habilidades capazes de intervir no comportamento da criança, permitindo-lhe acesso à inclusão escolar, assim como a garantia dos Direitos da Aprendizagem propostos pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, de modo a assegurar que todas as crianças, independentemente de suas particularidades, tenham oportunidades adequadas de acesso e permanência à educação (Silveira; Nascimento, 2013).

Para tanto, é essencial que o ambiente escolar adote estratégias pedagógicas adaptadas, promovendo a acessibilidade curricular, a mediação de profissionais especializados e a construção de uma cultura escolar inclusiva. Isto é, a intervenção

precoce, fundamentada em práticas pedagógicas individualizadas e no respeito às especificidades de cada criança, possibilita a superação de barreiras no processo de aprendizagem, contribuindo para a valorização da diversidade e o fortalecimento da autonomia dos estudantes autistas.

Contudo, para garantir os direitos de aprendizagem dos alunos autistas, que é a categoria analisada neste estudo, é necessário que a escola adote desdobramentos específicos em suas práticas pedagógicas, posto que as características do autismo se apresentam como desafios para a escola, exigindo adaptações curriculares, metodologias diferenciadas e um ambiente acolhedor e estimulante.

Estas análises encaminham os estudos aqui realizados para uma reflexão acerca da *práxis* pedagógica enquanto elemento de formação e emancipação humana, elemento este que assume grande relevância no contexto da inclusão onde o aluno necessita de práticas contextualizadas às suas necessidades para que assim consiga interagir com o ambiente à sua volta, desenvolvendo-se e construindo seu aprendizado imerso em um processo de inclusão escolar. Nesse processo, é fundamental que, além de suas capacidades físicas e/ou cognitivas, o aluno seja instigado a participar dos processos de ensino-aprendizagem, uma vez que, de acordo com Ropoli (2010, p. 90), "para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem".

Contudo, a aprendizagem do aluno autista é condicionada às práticas contextualizadas às suas especificidades para que consiga interagir com o ambiente ao seu redor, desenvolvendo-se e construindo seu aprendizado imerso em um processo de inclusão escolar. Somado a isto, o direito à aprendizagem no processo de inclusão é destacado de maneira mais incisiva pela Declaração de Salamanca, que reformula as formas de pensar a educação das pessoas com deficiências, sintetizando-a como um elemento essencial à dignidade humana e que contribui para a consolidação e o gozo dos direitos humanos. No campo educacional, isso implica no desenvolvimento de estratégias que permitam uma equalização genuína de oportunidades (Declaração de Salamanca, 1994, p. 61).

Ou dito de outra forma, mais que o uso de técnicas e práticas inclusivas em sala de aula, a escola como um todo necessita ampliar seu Projeto Pedagógico a partir das diversidades humanas com quem dialoga, concentrando-se sempre nas necessidades e

individualidades de seus alunos como elemento principal do processo de ensino para que assim, e somente assim conquiste sucesso em suas aprendizagens.

Esta questão é assinalada por Mantoan (2002), para quem, uma escola inclusiva deve primar por um ensino de qualidade, que dentre outras coisas, deve ser capaz de formar dentro dos padrões requeridos por uma sociedade mais evoluída e humanitária, promovendo a interatividade entre os alunos, entre as disciplinas curriculares, entre a escola e seu entorno, entre as famílias e o projeto escolar. Para esta autora, um ensino inclusivo de qualidade deve “partir de critérios de trabalho pedagógico que implicam em formação de redes de saberes e de relações, que se enredam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento (Mantoan, 2002, p. 47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões desenvolvidas, evidencia-se que a Educação constitui um espaço fundamental para a promoção da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista, sobretudo por possibilitar o desenvolvimento de práticas pedagógicas intencionais, sensíveis e adaptadas às singularidades desses sujeitos. Conforme salienta Mantoan (2002), uma escola verdadeiramente inclusiva não se limita a garantir o acesso, mas compromete-se com a oferta de um ensino de qualidade, orientado por princípios de equidade, justiça social e respeito à diversidade. Nesse sentido, a personalização das estratégias de ensino, considerando as necessidades específicas de cada criança autista, revela-se essencial para o fortalecimento de suas potencialidades e para a construção de trajetórias escolares mais autônomas e significativas.

A intervenção precoce, favorecida pela inserção dessas crianças em contextos educativos inclusivos desde os primeiros anos, é amplamente reconhecida pela literatura especializada como uma das ações mais promissoras para o desenvolvimento cognitivo, comunicacional, social e emocional dos alunos com TEA. Nesse contexto, a atuação do professor da Educação Infantil adquire centralidade, uma vez que sua formação, intencionalidade pedagógica e sensibilidade diante das diferenças impactam diretamente a eficácia das práticas inclusivas.

Assim, conclui-se que a formação docente configura-se como elemento

indispensável para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva na Educação Infantil. É imprescindível que os professores sejam preparados, desde a formação inicial até os processos de formação continuada, para compreender as especificidades do Transtorno do Espectro Autista, dominar estratégias pedagógicas adaptadas e desenvolver uma postura ética e reflexiva frente à diversidade. Tal preparação deve abarcar não apenas aspectos teóricos sobre o desenvolvimento infantil e as características do TEA, mas também propiciar experiências práticas, colaborativas e interdisciplinares que ampliem a capacidade do educador de planejar, executar e avaliar ações pedagógicas inclusivas. Nesse sentido, investir na qualificação docente é investir na promoção de uma escola democrática, que valoriza a singularidade de cada criança e assegura a todos o direito de aprender, conviver e se desenvolver integralmente.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurece. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: edições 70, 2016. Acesso em: Ago 2022. Disponível em: <<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>>.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v.28, n.1 p. 3-11, 2006.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar- ideias e práticas pedagógicas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 5 ed. São Paulo: AMA. Brasília: CORDE, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos**. Summus Editorial, São Paulo, 2002.

LEAL, Elisabeth Juchem Machado. **Produção acadêmico-científica [recurso eletrônico]: a pesquisa e o ensaio/Universidade do Vale do Itajaí**. – Itajaí: [Universidade do Vale do Itajaí], 2011.

RIVIÉRI, Ángel. **O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento**. In: Desenvolvimento psicológico e educação. Trad Fátima Murad. 2ª ed . Porto Alegre: Artmed, 2004.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.MEC.gov.br>. acesso em 11 de maio de 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941- . Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. -- 1. ed. -- São Paulo : Cortez, 2013. 1,0 MB ; e-PUB.

SILVEIRA, Tatiana dos Santos da; NASCIMENTO, Luciana Monteiro do. **Caderno de Estudos Educação Inclusiva**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

Submissão: março de 2025. Aceite: abril de 2025. Publicação: junho de 2025.